



Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

Demonstrações Financeiras 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Introdução

A Administração da Ecovias Ponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Companhia

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecovias Ponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecovias Ponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Ponte agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 29.566 mil em 2025, aumento de 2,4% em relação a 2024. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,2%, devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados, e o tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 3,3%, em função do aumento da movimentação de veículos comerciais.

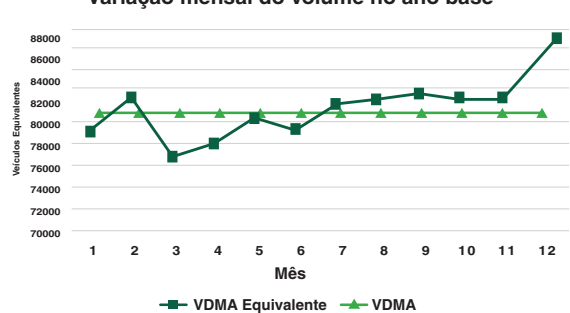
Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2025	2024	Var.
Leves	25.072	24.524	2,2 %
Pesados	4.494	4.350	3,3 %
Total	29.566	28.874	2,4 %

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano de 2025, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

Variação mensal do volume no ano base



TARIFA E TARIFA MÉDIA

A tarifa média por veículo equivalente pagante manteve-se estável em 2025.

Tarifa média (Em R\$)	2025	2024	Var.
Ecovias Ponte	6,20	6,20	- %

Em junho/24, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio e a 8ª Revisão Ordinária do contrato de concessão da Ecovias Ponte mantendo inalteradas as tarifas de pedágio. O reajuste considerou aumento pela variação do IPCA e revisão ordinária, e redução das tarifas em função, principalmente, da incidência do Fator D e C.

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2025:

Praça de Pedágio	Cobrança	Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)											
		Categoria de veículo											
1	R\$	6,20	12,40	9,30	18,60	12,40	24,80	31,00	37,20	3,10	43,40	49,60	55,80

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$243,2 milhões em 2025, redução de 4,7% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$17,0 milhões, 3,7% superior em relação a 2024. **Receitas de Pedágio:** R\$183,8 milhões em 2025, aumento de 2,5%, devido ao crescimento do tráfego de veículos.

Receitas Acessórias: R\$11,5 milhões em 2025, aumento de R\$1,6 milhão em relação a 2024, devido, principalmente, às receitas com painéis publicitários. **Receita de Construção:** R\$47,9 milhões em 2025, redução de 27,2%, devido ao menor volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$2.562,0 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025. Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Receitas de Pedágio	183,8	179,4	1.242,2
Receitas Acessórias	11,5	9,9	80,5
Receita de Construção	47,9	65,8	741,0
Total	243,2	255,1	2.063,7

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$151,1 milhões em 2025, redução de 4,5%. Esse resultado decorre, principalmente, do menor volume de obras executadas no período (custo de construção de obras), o efeito foi parcialmente compensado pelo aumento da base de ativos (depreciação e amortização). **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$61,8 milhões, aumento de +3,9% em relação a 2024.** O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.675,9 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Custos e despesas operacionais (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Custos	151,1	158,2	1.366,6

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2025, o EBITDA totalizou R\$115,3 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo provisão para manutenção, totalizou R\$118,6 milhões, aumento de 4,4% em relação a 2024, e margem EBITDA Ajustada de 66,5%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$41,7 milhões, redução de 10,5% em relação aos R\$46,6 milhões negativo em 2024. Essa variação ocorreu devido, principalmente, à redução dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção, além do aumento das receitas de aplicações financeiras e do registro de recuperação de PIS e Cofins sobre outras receitas financeiras.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2025, a Ecovias Ponte apresentou lucro líquido de R\$25,2 milhões, redução de 0,2 milhão em relação a 2024.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias Ponte encerrou o exercício de 2025 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva no valor de R\$70,2 milhões e a dívida bruta (composta por debêntures, empréstimos e financiamentos) de R\$483,1 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$412,9 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 3,5x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide as Notas Explicativas nº 13 e 14 das Demonstrações Financeiras.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$52,7 milhões em 2025. A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Intangível	50,9	70,1	868,3
Imobilizado	1,8	2,6	19,1
Total	52,7	72,7	887,4

VALOR ADICIONADO

Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$114,3 milhões, isto é, 47,0% de representatividade em relação à receita operacional bruta e +0,8 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$117,8 milhões e a representatividade de 46,2%.

ISS REPASSADOS

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2025 foi de R\$9,7 milhões. A tabela abaixo demonstra o ISS repassado acumulado desde o início da concessão.

Impostos Municipais repassados (Em milhões de R\$)	2025	2024	Acumulado até 2023
ISS - Imposto Sobre Serviço	9,7	9,5	65,5

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos R\$597 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$13.935 mil, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios e ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026.

PLANEJAMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL

O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento organizacional. Em 2025, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, manutenção das certificações de qualidade de ISO's (9001:2015-qualidade, 14001 - gestão ambiental, 39001 - gestão de segurança viária, 45001 - gestão de saúde e segurança do trabalho e 55001 - gestão de ativos) e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

RECURSOS HUMANOS

Em 2025, a Companhia investiu R\$81,4 mil (R\$144,7 mil em 2024) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

Descrição do Cargo	Funcionários alocados na concessão	
	Qtde	(Qtde/VDMA) *10.000
Analista Operações Rodoviárias	1	0,12
Analista de Planejamento Obras	2	0,25
Analista Faixa de Domínio	1	0,12
Analista Sistema Rodoviário	3	0,37
Auxiliar CCO/Manutenção	5	0,62
Assistente Operações/Sistema Rodoviário/Tráfego	7	0,87
Controlador Sistema Rodoviário	3	0,37
Coordenador Planejamento Engenharia	1	0,12
Coordenador Operações Rodoviárias	1	0,12
Lider Operações Rodoviárias	4	0,50
Operador de CCO	10	1,24
Operador Pedágio	127	15,73
Operador Tráfego	50	6,19
Supervisor Sistema Rodoviário	1	0,12
Técnico Segurança do Trabalho	2	0,25
Total de Pessoal - Operacional	218	27,0
Advogado	1	0,12
Auxiliar/Assistente Administrativo	4	0,50
Assistente Diretoria/Ouvidoria	2	0,25
Assistente de Engenharia	3	0,37
Analista Administração/Comunicação/Sustentabilidade	6	0,74
Coordenador Administração Contrato/Comunicação/Jurídico/Sustentabilidade	4	0,50
Copeira	1	0,12
Diretor Superintendente	1	0,12
Estagiário	3	0,37
Engenheiro	1	0,12
Gerente Engenharia	1	0,12
Técnico de Engenharia	1	0,12
Total de Pessoal - Pedágio	28	3,5
Total de Pessoal - Concessionária	246	30,5

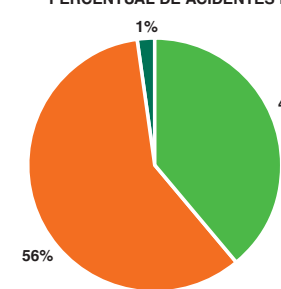
INDICADORES OPERACIONAIS

Segurança no Trânsito

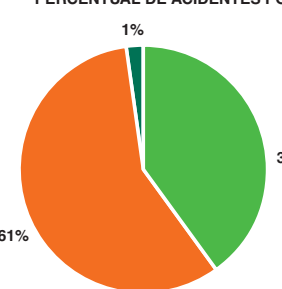
Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

PERCENTUAL DE ACIDENTES POR GRAVIDADE EM 2024

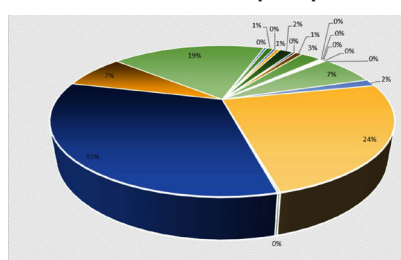


PERCENTUAL DE ACIDENTES POR GRAVIDADE EM 2025

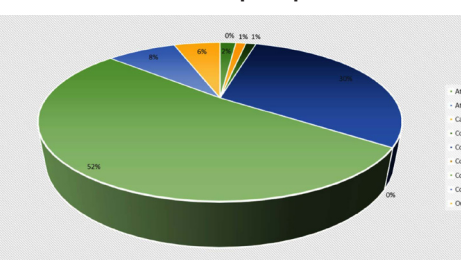


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo - 2025



Acidente por tipo - 2024



DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no ano de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Tipo de veículo	Veículos aplicados na concessão	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção		4	30,77
Guincho leve		10	76,92
Guincho pesado		1	7,69
Guincho super pesado		3	23,08
Ambulância simples - UTI		2	15,38
Ambulância Resgate		4	30,77
Veículo para Combate a Incêndio		2	15,38
Motolância		1	7,69
Ônibus (GAU)		1	7,69
Total de Pessoal - Operacional		28	215,4
Administração		2	15,38
Segurança do trabalho		1	7,69
Manutenção		13	100,00
Total de Pessoal - Pedágio		16	123,1
Total de Pessoal - Concessionária		44	338,5

CONCESSIONÁRIA EM NÚMEROS

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	13,2 km
Número de veículos que transitaram	Leve:26.903.926 + 2 eixos: 1.402.312 + 3 eixos: 429.806
Tarifa	Cat 1: R\$ 6,20 Cat 2: R\$ 12,40 Cat 3: R\$ 9,30 Cat 4: R\$ 18,60 Cat 5: R\$ 12,40 Cat 6: R\$ 24,80 Cat 7: R\$ 31,00 Cat 8: R\$ 37,20 Cat 9: R\$ 3,10 Cat 10: R\$ 43,40 Cat 11: R\$ 49,60 Especial: R\$ 55,80
Número de praças de pedágio	01 (um)
Número de quilômetros mantidos	13,2 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média de veículos Cat 1: 64.549 Cat 2: 7.515 Cat 3: 229 Cat 4: 1.645 Cat 5: 48 Cat 6: 1.089 Cat 7: 528 Cat 8: 1.071 Cat 9: 3.834 Cat 10: 277 Cat 11: 06 Cat Especial: 178
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	80.747
Equipas utilizadas pela concessionária	Veículos, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	Altura da mancha de areia Resistência à derrapagem Deflexão Característica Irregularidade Longitudinal Índice de Condição do Pavimento Índice de Gravidade Global
Receita de pedágio em 2025	R\$ 183,8 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2025	R\$ 103,2 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	246 funcionários
Despesas com pessoal em 2025	R\$ 28,0 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2025	R\$ 38,1 milhões
Ativo líquido	R\$ 70,2 milhões
Ativo bruto	R\$ 777,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2025	R\$1.012,8 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2025	9,64%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2025	R\$ 18,8 milhões
Despesas com manutenção em 2025	R\$ 6,3 milhões
Outras despesas	R\$ 5,6 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 232 Com feridos: 306 Com Mortos: 6
Indicadores	
Tarifa média	R\$6,20
Custo por veículo ou km	R\$3,49

continua ...



... continuação

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOMPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de Capital		Reserva de lucros			Total
		Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	
Saldos em 1º de janeiro de 2024		147.368	146	12.511	-	708	160.733
Reclassificação dividendos a pagar		-	-	-	-	(708)	(708)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.328
Destinação do lucro:							-
Reserva Legal	21.2	-	-	1.266	-	-	(1.266)
Juros sobre capital próprio deliberados	21.4	-	-	-	-	-	(10.064)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.3	-	-	-	13.998	-	(13.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		147.368	146	13.777	13.998	-	175.289
Aumento de capital		22.550	-	-	-	-	22.550
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	25.171
Destinação do lucro:							-
Reserva legal	21.2	-	-	1.259	-	-	(1.259)
Constituição de reserva - orçamento de capital	21.3	-	-	-	17.934	-	(17.934)
Juros sobre capital próprio deliberados	21.4	-	-	-	-	-	(3.979)
Dividendo mínimo obrigatório	21.4	-	-	-	-	-	(1.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		169.918	146	15.036	31.932	-	217.032

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do Contrato de Concessão referente ao Edital de concessão nº 01/2015, da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas por instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinado em 18 de maio de 2015, possui prazo final em 31 de maio de 2045. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.1. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecodorodvias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona-Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1 Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturados em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez quinhos operacionais movidos a combustível por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de I-RECs (certificados de energia renovável). Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2 Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tomando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia. 1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As alterações mencionadas acima não causarão qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do

principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3 Aprovação das demonstrações Financeiras: Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1 Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros; se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que descarta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 24). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaçamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritas na Nota 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.3 Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,12% ao ano (8,10% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. Provisão para construção de obras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar

os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos, financiamentos e debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.6 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote). 3.7 Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). 3.8 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado. 3.9 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.10 Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 3.11 Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da

continua ...

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

... continuação

11. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	6,5	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	771.287	2.759	3.416	11.670	789.132
Adições	44.352	3.468	90	10.168	58.078
Baixas	-	-	-	(108)	(108)
Transferências	5.167	(5.167)	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	820.806	1.060	3.506	21.730	847.102
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2024	(124.505)	-	(2.710)	(6.210)	(133.425)
Adições	(29.626)	-	(224)	(4.471)	(34.321)
Baixas	-	-	-	108	108
Saldos em 31/12/2025	(154.131)	-	(2.934)	(10.573)	(167.638)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2025	666.675	1.060	572	11.157	679.464
Saldos em 31/12/2024	646.782	2.759	706	5.460	655.707
Contratos de concessão (a) Intangível em andamento (c) Softwares de terceiros Direito de uso - CPC06 (R2) Total					
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	5,4	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	695.660	12.145	2.934	10.862	721.601
Adições	38.882	27.538	329	1.085	67.834
Baixas	-	-	-	(277)	(277)
Transferências	36.745	(36.924)	153	-	(26)
Saldos em 31/12/2024	771.287	2.759	3.416	11.670	789.132
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(98.746)	-	(2.535)	(3.566)	(104.847)
Adições	(25.759)	-	(175)	(2.789)	(28.723)
Baixas	-	-	-	145	145
Saldos em 31/12/2024	(124.505)	-	(2.710)	(6.210)	(133.425)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2024	646.782	2.759	706	5.460	655.707
Saldos em 31/12/2023	596.914	12.145	-	7.296	616.355

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação e recuperação em pavimentos e sinalização, obras de artes especiais e infraestrutura para praças de pedágios. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 3,71% a.a. (3,43% a.a. em 31 de dezembro de 2024). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se a: obras da construção, melhorias e consultoria de apoio de obras de ampliação e de artes especiais, e infraestrutura. (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de imóveis, veículos e licenciamentos de software. **Provisão para redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2025. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) **Premissas de projeção:** as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) **Moeda de projeções:** BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) **Taxa de desconto:** metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 11,70% a.a. (16,40% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício. Capitalização de juros No período findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$100 (R\$858 em 31 de dezembro de 2024) referentes a encargos financeiros de financiamentos e debêntures vinculados a intangível em andamento.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

12.1 Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanco patrimonial		Resultado	
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Provisão para perdas civis e trabalhistas..	126	139	(97)	168
Provisão para manutenção	2.720	1.337	(873)	3.184
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	253	69	(267)	55
Juros capitalizados	(11.288)	(33)	506	(10.815)
Outros.....	51	266	(96)	221
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(8.138)	1.778	(827)	(7.187)
Receita (despesas) de IR e CS diferido...				951

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 R\$7.187 no passivo não circulante (R\$8.138 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024), e registrou crédito de R\$951 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2025	31/12/2024
2025.....	-	(1.625)
2026.....	(1.439)	(1.629)
2027.....	(1.435)	(1.629)
2028.....	(1.435)	(1.629)
2029.....	(1.439)	(1.626)
2030.....	(1.439)	-
	(7.187)	(8.138)

12.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	35.645	33.896
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(12.119)	(11.525)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores.....	(92)	(83)
Juros sobre capital próprio.....	1.353	3.422
Despesas indedutíveis.....	(7)	(97)
Incentivos fiscais (PAT).....	213	153
Ajuste prêmio Stock Option.....	-	118
Outros.....	178	(556)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.474)	(8.568)
Imposto de renda e contribuição social correntes..	(11.425)	(8.389)
Impostos diferidos	951	(179)
Taxa efetiva.....	29,4%	25,3%

12.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	44.667	48.072
Finem - BNDES	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	97.594	104.445
Finem - BNDES	06/2034	TJLP + 3,48% a.a.	56.349	58.996
			198.610	211.513
Circulante			20.720	18.583
Não circulante			177.890	192.930

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2025	31/12/2024
2026.....	-	19.477
2027.....	21.915	21.366
2028.....	24.028	23.427
2029.....	26.338	25.680
2030.....	28.897	28.177
Posteriores a 2030	76.712	74.803
	177.890	192.930

Descrição dos contratos de debêntures vigentes:

Tipo e Forma	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
(i)	Anual	Anual a partir de 2022	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Parcela	Custo	Parcela	Custo
2026.....	-	-	11.663	(1.221)
2027.....	18.666	(1.166)	17.500	17.885
2028.....	21.127	(1.082)	20.045	20.243
2029.....	21.106	(989)	20.117	20.223
2030.....	28.431	(888)	27.543	27.242
2031.....	30.055	(757)	29.298	28.798
Posteriores a 2031	157.557	(1.180)	156.377	150.965
	276.942	(6.062)	270.880	277.019

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	211.513	225.859
Encargos financeiros (Nota 24).....	24.018	21.967
Pagamento de principal.....	(18.225)	(16.375)
Pagamento de juros	(18.696)	(19.938)
Saldo no final do exercício.....	198.610	211.513
Circulante	20.720	18.583
Não Circulante.....	177.890	192.930

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total $\geq 20\%$; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$ Até o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei estando inadimplente com os referidos índices. Interviente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa.

Conforme descrito acima, o contrato com o BNDES requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os referidos índices:

Empresa	Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecoponte	Banco Nacional Desenvolvimento Social - BNDES	ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,30$	1,75
		Patrimônio Líquido Ajustado / Passivo Total	$\geq 20\%$	29,36%

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	211.513	225.859
Encargos financeiros (Nota 24).....	24.018	21.967
Pagamento de principal.....	(18.225)	(16.375)
Pagamento de juros	(18.696)	(19.938)
Saldo no final do exercício.....	198.610	211.513
Circulante	20.720	18.583
Não Circulante.....	177.890	192.930

Conforme descrito acima, o contrato com o BNDES requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com os referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª	PL Ajustado/Passivo Total ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 20\%$ $\geq 1,3$	29,36% 1,75

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "*cross default*" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2025, não existe evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data nominal	Valor Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Serie única -	19/11/2019	230.000	(15.468)	214.532	4,40% a.a.
1ª emissão		230.000	(15.468)	214.532	9,94%

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	11.778	5.900
Circulante	4.822	3.128
Não circulante.....	6.956	2.772

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício.....	5.900	7.651
Adições (Nota 11.d).....	10.168	1.085
Baixas.....	(13)	(277)
Encargos financeiros (Nota 24).....	1.175	795
Pagamento principal.....	(4.277)	(2.559)
Pagamento de juros	(1.175)	(795)
Saldo no fim do exercício.....	11.778	5.900

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano.....	8,42%
2 anos.....	8,28%
3 anos.....	8,21%
4 anos.....	8,18%
5 anos.....	8,18%
6 anos em diante.....	8,95%

Vencimento das prestações

	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano.....	5.576	3.484
Entre 1 e 2 anos.....	2.815	2.574
Entre 2 e 5 anos.....	5.034	478
Acima de 5 anos.....	363	287
Total valores não descontados	13.788	6.823
Total juros embutidos.....	(2.010)	(923)
	11.778	5.900

16. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato			Saldo ativo	Saldo passivo	Montantes envolvidos		Outras Informações	Posição contratual	
			Data início	Data final	Total A realizar			Venci-mento	Receita financeira			
(a)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2025	31/03/2026	14.168	692	-	1.123	Em até 45 dias	- 4.509 5.801	3.166	N/A Devedor
(b)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2017	31/12/2026	3.290	537	1	-	Em até 45 dias	6 - 3	-	N/A Devedor
(c)	EcoRodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/11/2023	31/12/2026	987	-	-	74	Em até 45 dias	618 - 277	-	N/A Devedor
(c)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	568	Em até 45 dias	- - -	-	N/A Credor
(c)	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	877	Em até 45 dias	- - -	-	N/A Devedor
						643	2.047			624 4.509 6.081	3.166	
						99	887			596 5.950 3.721	1.248	

(a) A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., é controladora direta da Companhia e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. (b) Ecorodovias Desenvolvimento de Negócios Ltda é controlada direta da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controladora da Companhia. Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio e locação de fibra óptica entre as partes. (c) Referente repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R\$1.691 (R\$1.217 em 31 de dezembro de 2024) considerando os encargos sociais. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R\$1.837, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024

... continuação

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

Saldo no início do exercício.....	384	370
Custo (Nota 23).....	4.753	5.408
Pagamento do principal.....	(4.732)	(5.394)
Saldo no final do exercício.....	405	384

17.1. Informações sobre o Contrato de Concessão: **Contratante:** União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Data da assinatura:** 18 de maio de 2015 (início do prazo da concessão em 01 de junho de 2015, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Objeto da Concessão:** Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) - "Ponte Rio-Niterói", com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 1º de junho de cada ano. **Prazo de vigência:** 31 de maio de 2045. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R\$47.924 (R\$65.796 em 31 de dezembro de 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 19 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade e/ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2025	31/12/2024
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura.....	187.072	182.288
Conservação especial (manutenção).....	150.882	166.085
Equipamentos.....	113.665	111.014
Total.....	451.619	459.387

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações.....	31/12/2026	Fator	288.705
			288.705

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS

	31/12/2024		31/12/2025	
	Pagamento	Efeito financeiro	Pagamento	Efeito financeiro
Constituição da provisão para obras futuras.....	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção.....	(95.700)	(271)	-	(95.971)
Ajuste a valor presente - realizações.....	10.412	-	17	10.429
Atualização monetária.....	2.927	-	69	2.996
	3.219	(271)	-	3.034
Circulante.....	202	-	202	-
Não circulante.....	3.017	-	2.832	-

	31/12/2023		31/12/2024	
	Pagamento	Efeito financeiro	Pagamento	Efeito financeiro
Constituição da provisão para obras futuras.....	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção.....	(95.466)	(234)	-	(95.700)
Ajuste a valor presente - realizações.....	10.344	-	68	10.412
Atualização Monetária.....	1.426	-	1.501	2.927
	1.884	(234)	-	3.219
Circulante.....	470	-	202	-
Não circulante.....	1.414	-	3.017	-

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024		31/12/2025	
	Adição (custo)	Pagamento	Adição (custo)	Pagamento
Constituição da provisão para manutenção.....	68.468	4.008	-	72.476
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(15.920)	(757)	-	(16.677)
Realização da manutenção.....	(58.870)	(2.692)	-	(61.562)
Ajuste a valor presente - realizações.....	14.318	-	681	14.999
	7.996	3.251	(2.692)	9.236
Circulante.....	2.333	-	3.748	-
Não circulante.....	5.663	-	5.488	-

	31/12/2023		31/12/2024	
	Adição (custo)	Pagamento	Adição (custo)	Pagamento
Constituição da provisão para manutenção.....	67.189	1.279	-	68.468
Efeito do valor presente sobre a constituição.....	(15.398)	(522)	-	(15.920)
Realização da manutenção.....	(55.679)	(3.191)	-	(58.870)
Ajuste a valor presente - realizações.....	13.480	-	838	14.318
	9.592	757	(3.191)	7.996
Circulante.....	3.397	-	2.333	-
Não circulante.....	6.195	-	5.663	-

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

20.1. Causas prováveis: Com base na análise individual dos processos improprios contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Cíveis (a)		Trabalhistas (b)		Total
	78	23	23	101	
Saldos em 1º de janeiro de 2025.....					
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	266	-	18	284	-
(-) Pagamentos/baixas.....	(108)	-	(18)	(126)	-
(+) Atualização monetária.....	231	-	3	234	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	467	-	26	493	-
	467	-	26	493	-
Saldos em 1º de janeiro de 2024.....	51	-	11	62	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão.....	92	-	16	108	-
(-) Pagamentos/baixas.....	(104)	-	(11)	(115)	-
(+) Atualização monetária.....	39	-	7	46	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	78	-	23	101	-

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde principalmente a pleito de indenização por acidentes do trabalho, não existindo processos de valor individual relevante. 20.2. Causas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processos de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis.....	20.770	21.236
Trabalhistas.....	1.755	1.342
Tributários.....	724	668
	23.249	23.246

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social: Em 29 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$10.000, mediante a emissão nesta data de 10.000.000 (dez milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. A referida AGE também consignou a integralização do

montante à vista em moeda corrente nacional, naquela data. Em 15 de maio de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$12.550, mediante a emissão nesta data de 12.550.000 (doze milhões, quinhentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. A referida AGE também consignou a integralização do montante à vista em moeda corrente nacional, naquela data.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$169.918, (R\$147.368 em 31 de dezembro de 2024), representados por 169.917.960 (147.367.960 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias respectivamente, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. 21.2. Reserva de lucros - legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo é de R\$15.036 (R\$13.777 em 31 de dezembro de 2024). 21.3. Reserva de lucros - Orçamento de capital: Constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$31.932 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024). O montante de R\$31.932 constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2025, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2025. 21.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R\$597 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. O saldo de R\$13.935, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios e ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício.....	25.171	25.328
Constituição de reserva - legal.....	(1.259)	(1.266)
Base de cálculo dos dividendos.....	23.912	24.062
Proposta da Administração.....	-	-
Juros sobre capital próprio.....	3.979	10.064
Dividendos mínimos obrigatórios.....	1.999	-
Constituição de reserva - orçamento de capital....	17.934	13.998

22. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário.....	27.721	33.983
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	118.322	111.172
Vale-pedágio.....	37.263	33.862
Outras.....	462	358
	183.768	179.375
Receita de construção (b).....	47.924	65.796
Receitas acessórias (c).....	11.527	9.901
Receita bruta.....	243.219	255.072
Deduções da receita bruta.....	(17.008)	(16.395)
Receita líquida.....	226.211	238.677
Deduções:		
COFINS (3%).....	(5.859)	(5.678)
PIS (0,65%).....	(1.269)	(1.230)
ISS (2% a 5%).....	(9.741)	(9.455)
Abatimentos.....	(139)	(32)
	(17.008)	(16.395)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal.....	21.952	20.520
Conservação e manutenção.....	6.349	6.894
Serviços de terceiros (a).....	19.784	17.074
Seguros.....	2.944	2.579
Poder concedente (Nota 17).....	4.753	5.408
Provisão para manutenção (Nota 19).....	3.251	757
Custo de construção de obras.....	47.924	65.796
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11).....	38.096	32.149
Locação de imóveis e máquinas.....	427	424
Outros custos e despesas operacionais.....	5.630	6.573
	151.110	158.174

Classificados como:

Custo dos serviços prestados.....	132.324	141.363
Despesas gerais e administrativas.....	18.786	16.811
	151.110	158.174

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras.....	9.088	6.664
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9).....	56	38
Outras receitas financeiras.....	1.105	62
	10.249	6.764

Despesas financeiras:

Juros sobre debêntures (Nota 14).....	(13.141)	(12.948)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13).....	(18.867)	(20.125)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)....	(12.490)	(13.728)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 13).....	(5.151)	(1.842)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14).....	(1.265)	(1.300)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras (Nota 18 e 19).....	(767)	(2.407)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20).....	(234)	(46)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 13).....	(1.175)	(795)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras.....	2.319	(315)
Juros capitalizados.....	100	858
Outras despesas financeiras.....	(1.274)	(723)
	(51.945)	(53.371)
Resultado financeiro líquido.....	(41.696)	(46.607)

25. LUCRO POR AÇÃO

... continuação

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. - ECOPONTE

CNPJ/MF nº 22.163.297/0001-49 - NIRE 33.300.315.993

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Membros Efetivos:	MARCELLO GUIJOTTI (Presidente do CA) RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES ROBERTO BORGES PAIVA

DIRETORIA
Diretor Presidente - ALBERTO LUIZ LODI Diretor Superintendente e de Relações Investidores - JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM
Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 T RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Notas 3.6 e 22)</p> <p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 667.735 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

